



União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

Junta de Freguesia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA **REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2015**

-----**ACTA NÚMERO 2**-----

Aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes, o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes o Senhor Vogal António Rocha, o Senhor Vogal José Rodrigues e a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto. A Senhora Vogal Rosa Lopes Costa encontra-se ausente por motivos pessoais. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena justificou as ausências e deu início à segunda reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade: -----

Antes da Ordem do Dia: -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----
- 3 – Informação N.º 25/2015/Cemitério – Compartimento n.º 26 D do ossário n.º 9 (disponível para concessão) -----

Ordem do Dia: -----

- 1 - Proposta de Deliberação N.º 13/2015 – Aquisição de Serviços para Assistência Informática à Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 14/2015 - Direção Geral de Reinserção Social – Pedido de Colaboração - Execução de Medida de Trabalho a Favor da Comunidade; -----
- 3 – Proposta de Deliberação N.º 15/2015 – Atribuição de abono de falhas; -----

--- O Senhor Presidente passou a palavra ao público que se encontrava presente: -----

--- Foi dito o seguinte por parte do público presente: -----

--- Encontrei o Sr. Presidente na minha rua e pedi para desbastar as folhas em volta de umas árvores que se encontram a tapar a iluminação de três candeeiros. Já havia pedido aos funcionários da empresa que anda a fazer a limpeza das caldeiras das árvores, que disserem que iriam cortar mas não o fizeram até à data. Queria também chamar a atenção para o fato de levarem os cães a passear para as traseiras do meu prédio, número dez, onde os donos deixam os animais fazerem as necessidades e não os apanham, tendo que ser eu, muitas vezes, a ir apanhar. Gostaria que fosse colocada uma placa no local a proibir que esta situação aconteça. -----

--- Pelo Senhor Presidente foi dito o seguinte, em resposta ao Município: -----

--- Foi solicitada a poda das árvores mas, como eu lhe disse, demora sempre muito tempo, há muita árvore para podar e eu vou pressionar. Em relação à questão dos cães, vou, também, incluir nos emails que envio à Polícia Municipal com os locais que eu considero mais prioritários na fiscalização dos cães, quando eles fizerem a passagem e se encontrarem alguém, a pessoa é autuada. Vamos colocar uns cartazes no local, nos postes de eletricidade, para sensibilizar as pessoas. -----

Ponto – Um – Informações -----

Pelo Senhor Presidente foi informado o seguinte: -----

--- Na passada segunda-feira, dia doze, estive presente na Assembleia Municipal onde foram submetidas duas propostas importantes para as Juntas de Freguesia, que virão a este executivo também para aprovação e posteriormente teremos que agendar uma Assembleia de Freguesia extraordinária, para a ratificação dessas mesmas propostas. É uma norma em que a Lei diz que só tem efeitos após o órgão deliberativo aprovar. Primeiro foi o órgão executivo camarário, a seguir foi o órgão deliberativo, depois será o nosso órgão executivo e depois o nosso órgão deliberativo. Estamos a falar do acordo de execução e do contrato interadministrativo da Delegação de Competências. Na reunião de Executivo, irão ter oportunidade e ler a minha declaração de voto, que escrevi para ler naquela sessão e que foi a declaração de voto em representação de todos os Presidentes de Junta do Concelho, incluindo o Presidente de Junta do Partido Socialista, e que, basicamente, o que eu disse foi que entendia que a Câmara, neste primeiro ano, estivesse a delegar apenas o existente mais a limpeza urbana localizada porque, como sabem, nós vamos ficar com a limpeza urbana mas só em determinadas ruas, e, por outro lado, que o nosso voto não era um voto político mas

sim um voto operativo, ou seja, prefiro fazer do que cruzar os braços. Quando nos candidatámos foi na perspectiva de podermos fazer e dar qualidade de vida aos nossos concidadãos. No final da minha intervenção, solicitei ao Município que no prazo de doze meses deveriam avaliar o nosso trabalho e aumentar as competências, agora delegadas, com mais meios financeiros e com mais recursos humanos, incluindo mais área de limpeza, apoio de âmbito social, também na área da juventude, dos seniores e apostando nas pessoas. Ou seja, cada vez mais nós temos que dar valor ao que temos e o Município de Oeiras não nos pode obrigar a termos que trabalhar só com pessoas do Centro de Emprego, que íamos buscar para trabalhar, e já chegámos à conclusão que nos passam pelas mãos excelentes trabalhadores, desempregados e em Rendimento Social de Inserção e que, ao fim de um ano, têm que ir embora para vir outros. Se nós queremos apostar em equipas válidas, com qualidade, que demoram dois ou três meses a aprender aquilo que vão desenvolver nos nove meses seguintes e que ao fim desses nove meses têm que ir embora. Para além de que, se a Câmara assina um acordo com as Juntas por um mandato, é porque sabe que, em princípio, vamos precisar de pessoas durante três ou quatro anos. Porque não contratos de trabalho com essas pessoas durante esse tempo e, pelo menos, durante esse tempo, essas pessoas sabem com o que é que podem contar, recebem mais e, ao fim de um determinado tempo, se tiverem que ir embora, têm direito ao subsídio de desemprego. E isto não pode ser dito da boca para fora, ou seja, quando chegarmos a dezembro irei intervir na Assembleia Municipal dizendo que passaram os meses e que queremos que seja revisto o protocolo. Porque, independentemente da oposição achar que é pouco, a oposição não tem noção que não basta dar dinheiro às Juntas, as Juntas têm que estar preparadas em termos funcionais para poder prestar este serviço. Porque, por detrás de uma equipa de dez ou vinte trabalhadores, têm que estar encarregados, temos que ter a prestar na burocracia, nos procedimentos todos que são necessários a fazer. A oposição deu a entender que a questão se baseou apenas no dinheiro e não são só as verbas que estão em questão. A questão é dar verbas, mas para contratar mais pessoas, ter os meios adequados e ter uma estrutura. Um Presidente a tempo inteiro e seis Vogais voluntários, não têm que ter uma responsabilidade sem ser uma responsabilidade remunerada. Quando nos candidatamos sabemos para o que vamos mas não podemos pedir responsabilidade, por mais vontade que eles tenham, de coordenar equipas de mais de dez pessoas. Às tantas, a responsabilidade cai sobre essas pessoas sem as mesmas terem a devida compensação para essa responsabilidade. Sem esquecer que neste momento somos uma União de Freguesias e não uma Freguesia. Não vou dizer que estou satisfeito com os acordos e com o contrato interadministrativo porque não estou, mas volto a dizer que prefiro trabalhar com o que tenho do que não ter nada para trabalhar. Nesse aspeto acabámos por ter um acréscimo em termos de número de trabalhadores e que vieram

reforçar as que tínhamos. No entanto, volto a dizer, depende muito do Presidente e dos Vogais. Porque, como eu dizia numa reunião que tive com o Senhor Presidente da Câmara, se o Presidente da Junta não quiser, nada se faz. E isso não pode ser assim. Nós não podemos estar no futuro dependentes de um Presidente de Junta dizer que sem meios não faz nada. Porque quando ultrapassa as nossas competências e a nossa responsabilidade, até física e mental, não é justo para ninguém. Ter que coordenar pessoas em vários sítios diferentes, fora a burocracia que nós sabemos que existe, acho que o Governo ou o próximo Governo tem que perceber que um Presidente de Junta a tempo inteiro não chega e tem que dar mais meios ou ter Vogais a meio tempo ou poder ter trabalhadores técnicos superiores que possam aliviar e, de certa forma, ajudar na questão do procedimento administrativo e financeiro que sabemos, à partida, cada vez mais é mais complicado e não podemos tomar decisões sem as pensar muito e até, às vezes, termos de pedir parecer para as poder tomar. -----

Ponto – Dois – Situação Financeira -----

No período compreendido entre o dia 08 de janeiro de dois mil e quinze e o dia 14 de janeiro de dois mil e quinze, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 35.271,17 € (trinta e cinco mil, duzentos e setenta e um euros e dezassete cêntimos); em caixa 5.820,13 € (cinco mil, oitocentos e vinte euros e treze cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 41.091,30 € (quarenta e um mil, noventa e um euros e trinta cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 11.074,34 € (onze mil, setenta e quatro euros e trinta e quatro cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 3.728,59 € (três mil, setecentos e vinte e oito euros e cinquenta e nove cêntimos). -----

Ponto – Três – Informação N.º 25/2015/Cemitério – Compartimento n.º 26 D do ossário n.º 9 (disponível para concessão) -----

--- Considerando, através do requerimento em anexo, a trasladação da ossada do Compartimento número vinte e seis D do ossário número nove e após o meu despacho no dia quatro de dezembro, a trasladação foi efetuada dia vinte e três de dezembro, ficando o mesmo vago e à disposição da Junta de Freguesia. -----

Ordem do Dia: -----

1 – Proposta de Deliberação N.º 13/2015 -----

Conforme previsto nas GOP e Orçamento, nomeadamente na reorganização administrativa de processos, na delegação em Queijas por via da agregação das Freguesias em conformidade com a Lei N.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro, torna-se necessário a aquisição de serviços para Assistência Informática ao Parque Informático da Junta de Freguesia da União das Freguesias

de Carnaxide e Queijas com cerca de trinta utilizadores, servidor, redes, etc, que se traduz na manutenção nos computadores abrangidos, ajuda técnica em assistências remotas de software efetuadas com as empresas com contratos de manutenção que não envolvam presença de técnico no local e outras intervenções no âmbito da assistência técnica e na sequência da deliberação n.º 03/2015, aprovada por unanimidade dos presentes em 8 de Janeiro de 2015, foi executado um convite, através de ofício com a ref.ª JV/RR/49/2015 em 9 de Janeiro de 2015, ao licenciado em Engenharia Informática Sr. Marco Filipe Pereira Nunes, com sede profissional na Rua Ilha do Faial n.º 14 – 2.º Dto., Torre da Marinha em 2840-427 Seixal, Contribuinte Fiscal nº 216 417 384. -----

Neste sentido, e após apreciação da proposta e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 16 e da alínea f) do n.º 1 do art.º 27 conjugado com o art.º n.º 128 do CCP (DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), **proponho:** -----

1 – A adjudicação da referida aquisição de serviço, por ajuste direto simplificado, ao Sr. Marco Filipe Pereira Nunes, Licenciado em Engenharia Informática com o Contribuinte 216 417 384, com sede profissional na Rua Ilha do Faial n.º 14 – 2.º Dto., Torre da Marinha em 2840-427 Seixal, pelo valor total de 4.400,00 € (quatro mil e quatrocentos euros), com pagamento mensal no valor de 400,00 € (quatrocentos euros) com cabimento em orçamento de 2015, pelo período de 11 meses, com início a 1 de Fevereiro de 2015, podendo qualquer das partes denunciá-lo por referência ao final do período de vigência em curso através de carta registada com aviso de receção e com a antecedência mínima de 60 dias, relativamente ao final do mês em que a cessação produzir efeitos; -----

2 – Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

2 – Proposta de Deliberação N.º 14/2015 -----

À semelhança de situações anteriores e no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e das GOP para 2015, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente com a aceitação de indivíduos para execução de medidas de trabalho a favor da comunidade. -----

Neste contexto, foi-nos solicitado pela Direção Geral acima mencionada a colocação de um indivíduo nesta Junta de Freguesia, para prestação de 60 horas. -----

Face ao exposto, proponho: -----

1. A aceitação de Diogo Casola Pereira, para a execução de medida de trabalho a favor da comunidade, num total de 60 horas para o setor de obras em Queijas. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

3 – Proposta de Deliberação N.º 15/2015 -----

Na sequência dos despachos n.º 23/2013, n.º 1/2014 e n.º 8/2014 e em conformidade com a deliberação n.º 14/2013, aprovada por unanimidade e em reunião de executivo de 7 de Novembro de 2013 e nos termos do disposto da alínea a) do n.º 4 da referida deliberação, e conforme os artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/98, de 11 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e artigo 9.º da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, conjugado com a alínea a) do n.º 4 do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, proponho: -----

1. Que seja concedido o abono de falhas aos seguintes trabalhadores e membros de executivo com funções de recebimento e pagamento de valores e gestão de fundo permanente: -----

- Luís Balbina, Assistente Técnico; -----

- Sérgio Gomes, Assistente Técnico; -----

- Jesuína Xavier, Assistente Técnico; -----

- Emília Alexandra Antunes, Assistente Técnico; -----

- Anabela Pires, Assistente Operacional; -----

- Graça Paias, Assistente Técnico; -----

- Ricardo Rodrigues, Assistente Técnico; -----

- Armando Lopes, Assistente Técnico; -----

- Maria Aline Silva, Assistente Operacional; -----

- Vogal António Rocha (administrador do fundo permanente da delegação de Queijas); -----

- Vogal José Rodrigues (pagamento de valores pelo fundo permanente do setor de obra da delegação de Queijas); -----

2. A presente deliberação tem efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2015; -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 22h25m horas. -----

O Executivo

O Presidente

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

O Secretário

(Américo Duarte)

O Tesoureiro

(Luís Lopes)

O Vogal

(António Rocha)

O Vogal

(José Rodrigues)

A Vogal

(Carla Pinto)